

Gestão cultural em sintonia com a diversidade e as dinâmicas locais

Hamilton José Barreto de Faria

Hamilton José Barreto de Faria é coordenador da área de Cultura do Instituto Pólis e secretário-executivo do Fórum Intermunicipal de Cultura.

Júlia Tavares

Julia Tavares é estagiária da equipe de comunicação do Instituto Pólis.

Publicado em: 01/11/2005

Hamilton Faria avalia os desafios da gestão cultural e lança propostas para a construção de políticas democráticas e efetivamente públicas

Júlia Tavares - Apesar da globalização mundial e cultural do século 21, as manifestações de culturas locais parecem resistir. Como você enxerga este paradoxo?

Hamilton Faria - Bom, inicialmente queria apontar um tipo de contradição que existe hoje entre as dinâmicas culturais, tanto locais como mundiais, e por outro lado a incapacidade do Estado de dar resposta a isso. Do ponto de vista dessa dinâmica, o que se observa é uma culturalização da sociedade, da vida mesmo. Temos hoje uma mudança de paradigmas grande, em que a cultura assume uma centralidade bastante destacada e as dinâmicas locais estão muito acentuadas, principalmente entre jovens dos bairros, que descobrem a cultura como forma de redefinir projetos de vida e afirmar sua cidadania. O local tem sido um espaço importante de diversidade e identidade nesse mundo chamado globalizado, como uma forma de afirmar aquilo que não é expressão do global.

Júlia- Como os governos municipais têm respondido a esta realidade em termos de políticas públicas para a cultura?

Hamilton - Temos um Estado muito problemático, não apenas na cultura, mas de uma maneira geral. A cultura não é entendida em grande parte dos municípios brasileiros como uma estratégia de desenvolvimento do município. Ela é secundarizada em relação a diversas políticas sociais, não colocadas como questão fundamental para o desenvolvimento da vida e o desenvolvimento humano. Vemos isso pelos orçamentos curtos e muitas vezes fictícios, já que parte deles tem destinação fixa (para pagar equipamentos, funcionários, etc). Na maioria dos municípios também não existe uma política de cultura, mas sim uma programação de eventos e um conjunto de idéias que geralmente atendem a clientelas definidas e demandas imediatas. Não há uma sintonia com as diversas demandas e o crescimento dessas dimensões locais e culturais.

Júlia - Quais são suas principais propostas para a construção democrática de uma gestão pública de cultura?

Hamilton - A primeira coisa é ter um desejo de construir publicamente estas culturas e desmontar clientelas. As políticas culturais ainda são muito montadas e organizadas em torno de clientelas, seja para definir propostas, programas, leis de incentivo, dirigentes de equipamentos e por aí a fora. O que prevalece é a idéia do balcão e a cultura funcionando

como um negócio. O clientelismo chega a ser um componente da forma de conduzir a gestão. O que precisa mudar é a cultura do gestor, diferenciando o que é público e o que é privado, trabalhando para o público e para mudar esse clientelismo cultural, tão constitutivo das políticas de cultura que nem os partidos mais democráticos querem largar disso hoje. Além do clientelismo, há também práticas que revelam uma cultura do medo. Ela impede os funcionários de participar, de ter uma opinião própria, e precisa ser rompida sob a pena de paralisar a máquina pública. Sem quebrar essa cultura, dificilmente teremos agentes culturais dispostos a discutir valores libertários e de desenvolvimento humano emancipatórios, que é o papel da cultura.

A terceira mudança é a questão da formação. Principalmente na cultura, há um corpo de funcionários que se dedica, porém em grande parte sem noção do público, que precisa trabalhar mais sua criatividade. E não basta uma formação universitária, tem que se formar tanto técnicos como agentes comunitários e agentes públicos da cultura com uma formação cultural específica e uma visão que vai desde a economia da cultura a uma poética da cidade. Esta é uma formação de vivências, de técnicas e de tratamento com o público. Os funcionários deveriam ir para a rua, conversar com as pessoas, visitar equipamentos, passar por laboratórios práticos e acompanhar o funcionamento da integração de políticas públicas da cultura com o meio ambiente, com a educação, etc. Uma proposta é ter parcerias com organizações não-governamentais e com a universidade.

Júlia - Como você avalia os espaços participativos de cultura existentes hoje, como os conselhos e as conferências?

Hamilton - Estamos vivendo um momento de repensar os processos participativos, vivemos um período de esgotamento, em que participamos de todas as coisas possíveis (Fórum Cultural Mundial, FSM, conselhos, conferências, fóruns regionais de cultura, reuniões nas câmaras municipais) e se pergunta: no que mudou a cultura participativa, os resultados das coisas? Mudou muito pouco. O campo decisório está cheio de mediações, mas o espaço da população é pequeno e precisa ser reconquistado. Espaços devem ser repensados numa contextualização maior, desde que a participação esteja impregnando a cidade, ligadas com oportunidades de diálogo do governo, com escutas culturais permanentes, com ações no campo simbólico e da ação direta. Não podemos resolver todas as coisas do ponto de vista da institucionalidade e dos conselhos. Vejo até a necessidade da retomada da própria desobediência civil, num outro conceito de democracia, porque a prática democrática está falida do jeito que está. A greve de fome de 11 dias do bispo Dom Luís Flávio Cappio [franciscano de Barra, BA, contra o projeto federal de transposição do rio São Francisco] foi muito mais eficiente para mobilizar a opinião nacional do que a luta de pequenos grupos.

Os grupos precisam manter a autonomia em relação aos grupos políticos e ao Estado, para manterem agendas próprias. Os Fóruns locais têm sido espaços para isso: fiscalizam, formulam e articulam redes, retomam contato com o cotidiano, com os sujeitos dessa história.

Às vezes, se decide tudo num plano global, das conferências e grandes encontros, e se perdem as dinâmicas da localidade, que é onde devem incidir as políticas para transformar a cabeça das pessoas.

Júlia - Como o governo pode colaborar para estimular participação nas localidades?

Hamilton - Reconhecendo o Fórum como um interlocutor, um espaço legítimo, fortalecendo

os espaços societários.

Júlia - O Brasil possui algum mapeamento para orientar a destinação de recursos na área de cultura?

Hamilton - Essa é uma proposta que sempre surge em conferências e seminários, como aconteceu nos 14 encontros preparatórios para o Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. Tem havido um certo mapeamento cultural prático, a partir dos Pontos de Cultura implantados pelo Ministério da Cultura, mas ele é insuficiente. O ideal é mapear quais são os espaços integradores de políticas (cultura com ambiente cultura com educação, por exemplo), os movimentos, os grupos culturais e as redes vitais atuando na cidade. As redes possuem um conceito mais capilar e menos hierárquico, mais amplo e transcultural, que combinam o individual e o coletivo. Você é alguém dentro da rede, e às vezes no movimento só há uma única posição coletiva.

Júlia - Qual o objetivo desse tipo de mapeamento? Há bons exemplos de mapeamentos já realizados em cidades brasileiras?

Hamilton - O mapeamento serve para desenvolver escutas, conhecer realidades locais, fazer parcerias, capilarizar políticas, estimular fóruns. Não se entende a cidade hoje apenas dentro da institucionalidade. Do ponto de vista do mapeamento, foi interessante o feito em Santo André, identificando uma série de práticas, experiências de grupos culturais.

Júlia - Qual projeto realmente participativo já foi colocado em prática?

Hamilton - Em São Paulo, o projeto VAI (Valorização das Iniciativas Culturais), voltado para jovens de baixa renda da cidade a fundo perdido de 15 mil reais, atendeu 140 projetos sem depender das leis de renúncia fiscal e das leis de incentivo. No Ceará, destaco a Lei dos Mestres, que dá apoio financeiro para atividades culturais que desde sempre foram desenvolvidas pelos mestres.

Júlia - Como você vê a parceria entre o público e o privado no campo da cultura?

Hamilton - A parceria pode existir, desde que seja voltada para o público e tenha uma determinada direção. Ela precisa ser construída, com foco no fortalecimento de determinada visão de cidadania, por exemplo. As leis de incentivo são o contrário disso: quem decide o destino da verba é o departamento de marketing das empresas... As leis de incentivo precisam ser repensadas, acompanhadas de um projeto cultural de nação, algo que não vejo no atual governo. Um projeto cultural implica coisas como "aonde devemos levar os meios de comunicação", colocar programações e valores em discussão, integrar a cultura a outros projetos. Vivemos a sociedade da centralidade da economia, não se discute que país queremos, qual o ser cultural que queremos, tampouco como fazer a passagem da cultura do ter para a cultura do ser.